



Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria Independente
Parecer do Conselho Fiscal
Resolução do Conselho Administração do Sescop-TO
Resolução do Conselho Nacional do Sescop
(Relativos ao Exercício findo em 31/12/2015)

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Notas	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.280.396	959.367
Créditos		335	-
Estoque		3.734	12.499
Despesas pagas antecipadamente	6	3.536	3.389
Total do ativo circulante		1.288.000	975.255
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	181.174	178.112
Intangível	8	19.574	-
Total do ativo não circulante		200.748	178.112
Total do ativo		1.488.748	1.153.367

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Silmara Bonfim Nunes
Contadora

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2015	2014
Passivo circulante			
Contas a pagar		-	6.348
Salários, encargos sociais e impostos a pagar		-	-
Provisões trabalhistas e outras	9	41.913	61.303
Obrigações com convênios, acordos e projetos	11	-	97.391
Total do passivo circulante		41.913	165.042
Patrimônio líquido			
Superavit acumulado	14	1.446.835	988.325
Total do patrimônio líquido		1.446.835	988.325
Total do passivo e patrimônio líquido		1.488.748	1.153.367

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Silmara Bonfim Nunes
Contadora

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

Demonstrações do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Valores expressos em reais)

	Notas	2015	2014
Receita operacional líquida	15	1.993.706	2.010.164
(Despesas) e outras receitas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16	-727.022	-646.334
Administrativas	17	-429.497	-494.302
Institucionais	18	-138.102	-268.436
Serviços de terceiros	19	-300.080	-297.626
Tributárias		-29.265	-15.285
Transferências e convênios		-3.523	-
Despesas com Provisões		-	-
Despesas com depreciações e amortizações	7,8	-48.005	-37.333
Outras Despesas Operacionais		-190	-5.336
Outras receitas operacionais		7.549	22.441
		-1.668.134	-1.742.211
Resultado financeiro líquido	20	132.938	63.082
Superávit do exercício		458.510	331.036

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Silmara Bonfim Nunes
Contadora

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Tocantins**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
em 31 de dezembro de 2015 e de 2014**

(Valores expressos em reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31/12/2013	657.289	657.289
Superávit do exercício findo em 31/12/2014	331.036	331.036
Saldos acumulados em 31/12/2014	988.325	988.325
Superávit do exercício findo em 31/12/2015	458.509	458.509
Saldos acumulados em 31/12/2015	1.446.835	1.446.835

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Silmara Bonfim Nunes
Contadora

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no

Estado do Tocantins

**Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014**

(Valores expressos em reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superavit do exercício	458.510	331.036
Ajustes para reconciliar o superavit/deficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	48.005	37.333
Baixas do ativo imobilizado	190	5.336
	506.705	373.705
Aumento / (Redução) nos ativos		
Outros créditos	-	4.772
Estoques	8.765	-8.539
Despesas pagas antecipadamente	-147	-175
	8.619	-3.942
Redução nos passivos		
Contas a pagar	-6.349	-2.734
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	-	-16.050
Provisões trabalhistas e outras	-19.389	11.018
Outras obrigações	-97.392	74.931
	-123.129	67.166
Recursos líquidos gerados pelas/ (aplicados nas) atividades operacionais	392.195	436.929
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	-47.651	-51.819
Adições ao ativo intangível	-23.179	
Venda de Veiculo	-	21.700
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	-70.830	-30.119
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	321.364	406.810
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	959.367	552.557
No final do exercício	1.280.396	959.367
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	321.029	406.810

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Silmara Bonfim Nunes
Contadora

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DO TOCANTINS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional - o Sescoop Nacional (Sescoop NA), com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop TO está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (Sescoop TO ou Entidade) é segundo a Lei nº 9.532/1997, Artigo 12:

“Uma entidade imune do imposto de renda por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída.”

“Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. (Vide artigos 1º e 2º da Mpv 2.189-49, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

“§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; (Vide Lei nº 10.637, de 2002)*
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;*
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;*
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;*
- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;*
- f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;*
- g) assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;*
- h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.*

§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superavit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998).”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) - VI - Instituir impostos sobre:

- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;*

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

As operações dos Sescoops estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit técnico apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio líquido (superávit acumulado).

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucro, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações da Entidade, especificamente as suas despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas a Entidade são reconhecidos contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

2.2.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.5. Impairment

O SESCOOP TO avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está pudesse ser estimada de maneira confiável, o SESCOOP TO reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno pelo SESCOOP TO, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

2.2.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 9.

2.2.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.8. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.9. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: **(i)** a entidade tiver uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança.

Caso haja diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos a ser exigida para a liquidação será determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões, quando existentes, são mensuradas pelo valor presente das despesas que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, quando aplicável.

2.2.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Sescop TO e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescop TO possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstrações dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

- **Reconhecimento de receitas**

As receitas são preponderantemente relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) que são reconhecidas diretamente no resultado do exercício no momento do efetivo recebimento financeiro, pois em consonância ao princípio de conservadorismo não poderiam ser apropriadas com base orçamentária.

- **Vidas úteis de ativos intangíveis e imobilizado**

Os ativos intangíveis e imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. As alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

- **Processos legais**

De acordo com o CPC PME, o Sescop TO reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Entidade. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

O Sescop TO revisou as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, a reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes,

e qualquer decisão da Administração do Sescop Tocantins sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

3. Instrumentos financeiros - gestão de risco

O Sescop TO poderá estar exposto, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa;
- Outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, o Sescop TO está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Sescop TO para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros do Sescop Tocantins, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Sescop Tocantins, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber;
- Caixa em bancos;
- Aplicações financeiras em CBD;
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Objetivos, políticas e processos gerais

O Sescop Tocantins possui os seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho da Administração**

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano do Sescop Tocantins.

- **Conselho fiscal**

É o órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

- **Superintendente executiva**

É o órgão de gestão administrativa do Sescop TO.

Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras. O Sescop/TO aplica recursos apenas em investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A.

O Sescoop/TO não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito:

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço).

O Sescoop Tocantins não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Outros riscos de mercado

O Sescoop TO não possui participação em fundos de investimentos financeiros que possuem lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

Divulgações sobre o patrimônio

Os bens da Entidade somente poderão ser utilizados para a realização dos seus objetivos, permitida a aplicação de uns e outros para a obtenção de rendimentos destinados às suas finalidades estatutárias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bancos	17	17.599
Aplicação Financeira (a)	1.280.379	941.768
Total	1.280.396	959.367

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituições de primeira linha, com regate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI) com rendimento médio de 92% do CDI mensal.

Instituições Financeiras	Modalidade	Rentabilidade média	31/12/2015	31/12/2014
Bancos	CDB	1,00% a.m.	1.280.379	941.768
Total			1.280.379	941.768

5. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Seguros a apropriar	3.536	3.389
Total	3.536	3.389

6. Imobilizado

Descrição	% - Taxas anuais de depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Móveis e utensílios	10%	52.526	66.532
Biblioteca	10%	-	-

Veículos		20%	62.133	73.477
Máquinas e Equipamentos		10%	15.015	18.725
Equipamentos de Informática	de	20%	51.030	18.492
Equipamentos de Comunicação	de	10%	470	886
Outros Bens Móveis		10%	-	-
Total			181.174	178.112

Destacamos a Movimentação do Ativo Imobilizado ano de 2014:

Descrição	Saldos Líquidos		Adições	Baixas	Depreciação	Saldos	
	31/12/2013					31/12/2014	
Móveis e utensílios	80.385	-	-	-	(13.853)	66.532	
Veículos	63.849	49.500	(27.035)	(12.837)		73.477	
Máquinas e Equipamentos	22.450	-	-	(3.725)	18.725		
Equipamentos de Informática	22.596	2.319	-	(6.423)	18.492		
Equipamentos de Comunicação	1.382	-	-	(496)	886		
Biblioteca	-	-	-	-	-	-	
Outros Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	
Total	190.662	51.819	(27.035)	(37.334)	178.112		

Destacamos a Movimentação do Ativo Imobilizado ano de 2015:

Descrição	Saldos Líquidos		Adições	Baixas	Depreciação	Baixa	Saldos	
	31/12/2014						31/12/2015	
Móveis e utensílios	66.532	-	(279)	(13.816)	88	52.525		
Veículos	73.477	-	-	(11.344)	-	62.133		
Máquinas e Equipamentos	18.725	-	-	(3.710)	-	15.015		
Equipamentos de Informática	18.492	47.651	(15.432)	(15.113)	15.432	51.031		
Equipamentos de Comunicação	886	-	-	(416)	-	470		
Biblioteca	-	-	-	-	-	-		
Outros Bens Móveis	-	-	-	-	-	-		
Total	178.112	47.651	(15.711)	(44.399)	15.520	181.174		

Impairment e vida útil estimada

A revisão das taxas de depreciação pela vida útil econômica dos bens foi definida, com base no último inventário físico realizado em dezembro de 2014, e em informações históricas de baixas, doações e reposições de bens. O trabalho e relatório de revisão baseiam-se em documentos (notas fiscais de aquisição, processos de baixa, relatório dos bens) fornecidos pelas áreas de patrimônio, financeira e contábil. Contudo, foi concluído que com base nos Laudos emitidos pela equipe técnica, não houve indícios de perda por impairment, bem como, não houve mudanças nas vidas úteis e os respectivos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e intangíveis.

7. Intangível

Descrição	% - Taxas anuais de depreciação	2015	2014
Direitos de Uso de Software	20%	19.574	-
Total	-	19.574	-

Destacamos a Movimentação do Ativo Intangível ano de 2014:

Descrição	Saldos Líquidos	Adições	Baixas	Amortizações	Saldos
	31/12/2013				31/12/2014
Direitos de Uso de Software	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Destacamos a Movimentação do Ativo Intangível ano de 2015:

Descrição	Saldos Líquidos	Adições	Baixas	Amortizações	Saldos
	31/12/2014				31/12/2015
Direitos de Uso de Software	-	23.179	-	(3.605)	19.574
Total	-	23.179	-	(3.605)	19.574

8. Provisões trabalhistas e outras

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias e Abonos com respectivos adicionais de 1/3	27.527	46.196
INSS sobre Férias	10.427	10.949
FGTS sobre Férias	3.520	3.696
PIS sobre Férias	440	462
Total	41.914	61.303

9. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2015, conforme a sua administração e seus assessores jurídicos, o Sescoop TO não possui processos administrativos ou judiciais com probabilidade de perda classificada como provável ou possível.

10. Obrigações com convênios, acordos e projetos

Referem-se a saldos de recursos provenientes de convênios, ainda não utilizados ou guardando finalização da prestação de contas efetuada conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Projeto Especial – Fundcoop 15/2014	-	28.464
Projeto Especial – Fundcoop 01/2014	-	43.779
Projeto Especial – Fundcoop 07/2013	-	25.148
Total	-	97.392

11. Transações com partes relacionadas

O Sescoop/TO mantém contratos de gestão junto ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins (OCB/TO) compartilhando estruturas e algumas despesas operacionais. É mediante contrato de locação o Sescoop/TO paga a OCB/TO o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por mês a título de aluguel.

12. Remuneração de pessoal chave da administração

É princípio sistêmico do Sescoop/TO a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Presidente.

13. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto substancialmente de superávit e/ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Superávit Acumulado	988.325	657.289
Superávit do Exercício	458.509	331.036
Total	1.446.834	988.325

Conforme preceitua a Lei nº 9.532/1997, caso apresente em determinado exercício superávit, o mesmo destina-se, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

14. Receita Líquida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de Contribuições (a)	757.207	626.623
Receitas de Transferências dos Estados	1.115.619	1.115.619
Receitas de Convênio (b)	120.880	267.922
Total	1.993.706	2.010.164

(a) A seguir os valores mensais de contribuição social, repassados pelo Sescop Nacional no decorrer do exercício de 2015 (receitas de contribuições mais recursos suplementares):

Mês	Receita de Contribuições	Fundecoop
Janeiro	101.666	87.558
Fevereiro	51.873	87.551
Março	55.127	152.551
Abril	56.233	87.551
Maio	59.464	87.551
Junho	59.345	87.551
Julho	67.840	87.551
Agosto	61.959	87.551
Setembro	61.166	87.551
Outubro	60.184	87.551
Novembro	57.998	87.551
Dezembro	64.352	57.551
Total	757.207	1.115.619

(b) Receita de convênios

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Projeto Especial – Fundecoop 07/2013	21.358	117.404
Projeto Especial – Fundecoop 06/2013	-	1.056
Projeto Especial – Fundecoop 01/2014	43.862	454
Projeto Especial – Fundecoop 15/2014	55.660	64.082
Projeto Especial – Fundecoop 19/2014	-	84.926
Total	120.880	267.922

15. Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Salários e Proventos	382.199	349.933
13º Salário	36.036	31.713
Férias e Abono Constitucional	57.796	49.784
Encargos Trabalhistas	162.678	147.366
Benefícios	88.312	67.478
Total	727.022	646.334

16. Administrativas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	31.912	26.957
Ocupação e Serviços Públicos	83.116	66.579

Despesas de Comunicação	5.866	3.917
Material de Consumo	79.420	68.235
Material de Consumo Durável	1.074	370
Passagens e Locomoções	127.186	212.011
Diárias e Hospedagens	100.923	116.233
Total	429.497	494.302

17. Instrucionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Locações	12.620	10.226
Materiais e Divulgação	42.939	48.999
Materiais para Treinamento	9.327	11.115
Premiações	380	-
Serviços e Divulgações Institucionais	26.366	49.814
Auxílios Educacionais	46.469	148.282
Total	138.102	268.436

18. Serviços de Terceiros

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Auditoria e Consultoria	42.125	25.160
Serviços Especializados	236.347	242.797
Serviços de Transportes	12.255	13.407
Serviços Gerais	6.729	8.627
Outros Serviços	2.624	3.496
Outros Serviços de Terceiros – PF e PJ	-	540
Encargos sobre Terceiros	-	3.599
Total	300.080	297.626

19. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicação Financeiras	134.479	63.819
Total	134.479	63.819
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(1.540)	(737)
Total	(1.540)	(737)
Resultado Financeiro	132.938	63.082

20. Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montagens considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Os bem segurados e suas principais coberturas estão descritos na tabela a seguir:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante da Cobertura (R\$)
Veículo: VW Voyage 2012/2012	Danos Materiais/Corporais	100 Mil
Veículo: Ford Novo Fiesta Hatch	Danos Materiais/Corporais	100 Mil
Móveis	Subtração de Bens	35 Mil
Imóveis	Incêndio e Riscos Diversos	Até 360 Mil

21. Eventos Subsequentes:

A entidade em contato com o Banco do Brasil, obteve com base no art. 150 CF e art. 14 do CNT a isenção do Imposto de Renda sobre aplicações financeira, a partir de 05/01/2016, gerando assim um ganho para o Sescop TO.

Ricardo Benedito Khouri
Presidente

Silmara Bonfim Nunes
Contadora

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua João de Abreu, 51 B-43 – Cx. 78 – Lt. 24a
Edifício Atan | Sator Oeste
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8488
www.grantthornton.com.br

Aos:

Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins
Palmas – TO

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (Sescop TO ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Sescop TO é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Sescop TO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Sescop TO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros.

Goiânia, 12 de fevereiro de 2016.



Gester Luis dos Santos
Contador CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" - TO



PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SESCOOP/TO

Os membros abaixo-assinados do Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO, (Gestão 2013/2017), no desempenho de suas funções e atribuições legais e regimentais, declaram para os fins que se fizerem necessários, que examinaram minuciosamente a prestação de contas do exercício de 2015, compostas pelas peças contábeis e administrativas exigidas pela legislação pertinente, e, após análise da regularidade dos processos de gestão praticados, incluindo contratos e convênios firmados, documentos de caixa, Balancetes e Demonstrativos Financeiros, Relatório de previsão e realização do orçamento (relsim_001 e relsim_009), Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório e Parecer da Auditoria Independente (Grant Thornton), Relatório de controle interno (Grant Thornton). Recomenda, portanto, a aprovação das contas do exercício de 2015, sem ressalvas.

Palmas/TO, 29 de abril de 2016.

Maria Silvana Ramos

Silvan Celestino dos Santos

Admivair Silva Borges

Parecer do Conselho de Administração do SESCOOP/TO

O Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO (Gestão 2013/2017), em reunião realizada aos vinte e nove dias do mês de abril de 2016, Ata da 104ª Reunião Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, em seu Art. 13, Inciso III, após minuciosa análise das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e demais peças componentes do Relatório de Gestão referente ao ano de 2015, e tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer da Auditoria Independente, RESOLVE aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2015.

Palmas (TO), 29 de abril de 2016

Presidente: Ricardo Benedito Khouri

Superintendente: Maria Jose Andrade Leão de Oliveira

Conselheiro Titular: Ruiteir Luiz Andrade Pádua

Conselheira Titular: Lidiane Coelho Alves

Conselheiro Titular: Dario Oliveira de Melo

Conselheira Suplente: Liliansa Cristofari da Silva

Conselheiro Suplente: Orsini Passos Guterres

RESOLUÇÃO Nº 1471/2016- CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de
Gestão e demonstrações
financeiras da Unidade
Estadual do Sescoop/TO.

O Presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, no uso da competência conferida pelos artigos. 3º, 23, inciso III, e art. 33, inciso III, do Regimento da Unidade Nacional, observando o disposto na Resolução 05/2000 torna público que o Conselho Nacional, em sua 96ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de maio de 2016,

RESOLVEU

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão e demonstrações financeiras do exercício de 2015 do Sescoop de Tocantins.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 25 de maio de 2016.



MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente

O presente documento foi analisado pela ASJUR e guarda regularidade em seus aspectos jurídicos

